



Textos para Discussão
Nº 220

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS SOBRE A
PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA NORDESTINA**

Sérgio Aquino de Souza
Doutorando PENN-STATE UNIVERSITY

Flávio Ataliba Barreto
Doutor em Economia pela EPGE/FGV/RJ
Professor CAEN/UFC
e-mail: ataliba@ufc.br

Endereço Postal: Curso de Pós-Graduação em Economia-CAEN
Av. da Universidade 2700- 2º Andar
Bairro Benfica, CEP: 60.000
Tel: (85) 281 37 22
Fax. (85) 243 68887
Fortaleza Ceara
e-mail: caen@ufc.br

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS SOBRE A PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA NORDESTINA*

Sérgio Souza

Flávio Barreto

Resumo

Este artigo busca investigar o impacto de políticas públicas sobre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores na indústria de transformação nordestina, utilizando a metodologia de contabilidade do crescimento econômico desenvolvida por Solow (1957). São realizados dois conjuntos de regressões. No primeiro toma-se a média das variáveis de incentivo fiscal e de protecionismo no período de 1985 a 1995 em cada gênero da indústria de transformação e conclui-se que o FINOR não teve influência na taxa de crescimento da produtividade do trabalho e na produtividade total dos fatores (TFP). Por outro lado, a tarifa média de importação mostrou-se significativa e negativamente correlacionada com ambas as taxas. No segundo conjunto de regressões utiliza-se dados de 1995 dos incentivos creditícios e do número de anos de estudo completados pelos trabalhadores em cada gênero da indústria de transformação nordestina. Mostra-se que a influencia do FNE na produtividade é inconclusiva, e que dos indicadores de educação, apenas a proporção de empregados ligados à produção que possuíam segundo grau completo, apresentou coeficiente significativo e positivamente correlacionado com a produtividade total dos fatores .

Palavras-Chave: produtividade, políticas públicas, industria nordestina

* Os autores agradecem ao CNPq o financiamento concedido para a execução deste trabalho.

1. Introdução

Desde o pós-guerra até o final da década de 80 a planificação econômica foi um traço marcante em várias economias. Por muito tempo, vigorou o argumento de que o desenvolvimento econômico de regiões ou países menos favorecidos só seria alcançado através de uma forte intervenção estatal na forma de políticas de substituição de importações, de proteção da indústria nascente e através de incentivos fiscais e financeiros. Entretanto, aspectos teóricos como a possibilidade de ineficiência econômica gerada por políticas protecionistas e a dificuldade do agente público realizar a escolha certa da empresa a ser incentivada, colocaram em dúvida o argumento vigente, motivando o aprofundamento de pesquisas sobre a relevância da forma de intervenção pública.

Nishimizu e Robinson (1984) concluem, por exemplo, a partir de uma comparação entre países, que a substituição de importação diminui a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores. Young (1992), por sua vez, em uma pesquisa realizada em 207 empresas coreanas, mostra que a maioria daquelas empresas que competiam com produtos importados, aumentaram significativamente seus esforços na melhoria da qualidade e produtividade depois da liberação das importações.

Young (1995) ressalta ainda que acumulação de fatores de produção (capital humano e capital físico) e o aumento percentual da população economicamente ativa desempenharam um papel muito mais importante no desenvolvimento recente da Coreia do Sul que o crescimento da produtividade total dos fatores. Ele deixa em aberto, entretanto, a questão de se saber qual a extensão da influência de políticas públicas sobre a produtividade na indústria coreana.

Um estudo mais completo sobre este tema, que analisa o impacto de uma série de

políticas públicas sobre a produtividade do trabalho, foi realizado por Lee (1996). Ele usou dados da indústria coreana e concluiu que há evidências empíricas de que políticas protecionistas, como barreiras tarifárias e não tarifárias, tiveram forte efeito negativo sobre a evolução da produtividade da indústria coreana e que políticas de incentivos fiscais e creditícias não têm relação com o crescimento da produtividade total dos fatores.

Em relação ao Brasil, Ferreira e Rossi (1999), utilizando dados em painel para 16 gêneros da indústria para os anos de 1985 até 1997, período que compreende a abertura comercial, concluíram que a redução das tarifas de importação teve forte influência na produtividade da indústria brasileira.

Seguindo a metodologia da literatura acima mencionada, este trabalho tem como objetivo testar se o impacto das políticas públicas sobre a produtividade da indústria de transformação nordestina foi relevante. Selecionaram-se 21 gêneros da indústria de acordo com a classificação do IBGE. Utilizaram-se dados do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), como medida de incentivo fiscal; do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), como medida de incentivo creditício; da tarifa nominal média de importação, como política de proteção; do nível de escolaridade, como política educacional e duas medidas de produtividade, quais sejam: produtividade do trabalho e produtividade total dos fatores.

A literatura econômica recente tem levado em conta, além da acumulação dos fatores de produção e da aquisição de tecnologia, fatores institucionais para explicar o crescimento econômico ou aumento de produtividade em regiões e países. North (1990) por exemplo, ressalta a importância das instituições e das mudanças institucionais como o principal fator explicativo do crescimento econômico. Hall e Jones (1998) reforçam empiricamente essa

tese mostrando que um índice qualitativo de “infraestrutura institucional”, composto por medidas de eficiência burocrática, grau de respeito a contratos e às leis, explica grande parte da diferença da produtividade do trabalho entre países.

Apesar da importância dos fatores institucionais, não se dispõe deste tipo de dados a nível industrial para o nordeste. No entanto, o uso de dados em *cross-section*, como é o caso no presente trabalho, permite um melhor controle sobre fatores institucionais, dado que é razoável a suposição de que “ambiente institucional” é o mesmo para cada gênero da indústria.

Este trabalho é dividido em seis partes. Na seção seguinte é realizada uma breve discussão sobre algumas políticas industriais adotadas no Brasil, especificamente no Nordeste. Um modelo de contabilidade de variáveis de crescimento econômico é apresentado na seção três. Na seção quatro o comportamento da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores é analisado para o período de 1985 a 1995. São realizadas algumas regressões tendo como variáveis independentes duas variáveis de política industrial, uma de barreira ao comércio internacional e outra de incentivo fiscal, e como variáveis dependentes a produtividade do trabalho e a produtividade total dos fatores. A quinta seção exibe regressões das duas medidas de produtividade, em um período mais restrito, sobre outro conjunto de variáveis, uma de incentivo creditício e outra de capital humano. A última seção ressalta os aspectos importantes do trabalho e apresenta as conclusões.

2. Uma Breve Discussão das Políticas Industriais no Brasil

2.1 Comércio exterior

A política de barreiras ao comércio exterior no Brasil pode ser subdividida em três períodos: antes de 1988, de 1988 a 1990, e de 1990 até o presente. Em 1988 a política tarifária brasileira era caracterizada pela existência de diversas tarifas redundantes, ou seja, aquelas tarifas que excediam a diferença entre o preço mundial e o nacional de produtos pertencentes aos diversos segmentos da indústria. A exceção era encontrada nos gêneros *farmacêutico, vestuário e diversos*. Algumas taxas adicionais como IOF (imposto sobre transações financeiras internacionais) adicionavam em média, segundo Kume (1996), 28% ao custo de importação e, tomadas juntas com as tarifas, implicavam em redundância em cada gênero da indústria de transformação.

Neste período ainda vigorava a chamada “Lei do Similar Nacional”. Criada em 1957, esta lei introduziu como critério para permitir ou sobretaxar a importação de um determinado produto a existência de um similar produzido no país. O caso do setor de máquinas e equipamentos evidencia o caráter excessivamente protecionista desta lei, pois os próprios produtores nacionais eram consultados para determinar a existência de um similar nacional concorrente.

No segundo período, foram eliminadas duas taxas de importação, além de ocorrerem reduções significativas nas barreiras não-tarifárias. No entanto, a soma das tarifas e das taxas de importação ainda promoviam tarifas redundantes em praticamente todos os setores.

Os avanços tímidos no segundo período contrastaram com mudanças agressivas ocorridas no início dos anos 90. Quase todas as barreiras quantitativas foram abolidas e um programa de redução gradual de tarifas foi implementado, representando assim um ponto de inflexão na política de abertura comercial.

Tabela 1
Tarifa Nominal Média de Importação(%)

Gêneros	1985-1989	1890-1993	1994-1995
Mínerais não metálicos	87.7	18.97	7.18
Metalúrgica	65.15	21.33	12.41
Mecânica	58.88	31.59	16.76
Material Elétrico e de Comunicações	91.73	34.69	18.31
Material de transportes	105.53	40.65	24.69
Madeira	-	-	-
Mobiliário	-	-	-
Papel e papelão	75.8	17.34	10.48
Borracha	95.58	37.12	12.63
Couros e peles	-	-	-
Química	32.48	16.7	6.63
Farmacêutica	43.28	11.92	8.58
Perfumaria, sabões e velas	158.83	44.4	8.58
Produtos de matérias plásticas	142.93	34.79	16.3
Têxtil	142.03	39.54	15.18
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos	166.55	45.31	19.55
Produtos alimentares	77.5	23.51	12.53
Bebidas	159.5	54.66	13.93
Fumo	176.1	60.55	10.16
Editorial e gráfica	-	-	-
Diversas	-	-	-
Média	104.97	34.00	13.37

Fonte : Pinheiro e Almeida (1994), Kume (1996).

A tabela 1 mostra a tarifa nominal média para 16 dos 21 gêneros da indústria de transformação no Brasil. Verifica-se que os gêneros de bens de consumo, em especial os duráveis, têm as maiores tarifas, enquanto aqueles que produzem bens de capital e bens intermediários são menos protegidos.

Uma característica comum a todos os gêneros é que eles apresentam tarifas decrescentes, o que evidencia a política de abertura comercial implementada a partir de 1990. Vale ressaltar também que o grau de dispersão das tarifas, medido pelo coeficiente de variação, razão entre desvio padrão e a média, também foi reduzido de 0,44 para 0,37, o que mostra uma diminuição dos privilégios dos quais usufruíam alguns gêneros da indústria brasileira.

2.2 Incentivos à Industrialização no Nordeste

Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, foram implementadas medidas de incentivo à industrialização das regiões menos desenvolvidas, especialmente do nordeste. No início da década de 60 foi criado o artigo 34/18 que permitia a dedução de até 50% do imposto de renda de pessoas jurídicas para serem aplicados em projetos industriais do Nordeste. Os recursos eram depositados no Banco do Nordeste. No entanto, o sistema apresentou várias distorções, dentre elas o elevado custo de captação dos recursos devido às elevadas comissões pagas aos agenciadores (corretores e escritórios de projetos) que intermediavam o processo. Na tentativa de eliminar tais problemas e de promover a abertura de capitais das empresas nordestinas foi criado um fundo de investimento, que passou a ser denominado Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR.

2.2.1 FINOR

Os recursos do FINOR provêm da opção de qualquer empresa localizada no Brasil em aplicar até 18% do imposto de renda devido no Nordeste. Ao tomar esta decisão, a empresa recebe do Banco do Nordeste um título conhecido como Certificado de Investimento – CI, tornando o investidor cotista do FINOR. De posse do CI, a empresa cotista pode optar entre convertê-lo em ações, através dos leilões especiais do FINOR, negociá-lo em bolsas de valores com pessoas físicas ou jurídicas, ou mantê-lo em seu poder, em busca dos benefícios provenientes de sua eventual valorização.

Os empresários beneficiários dos recursos do FINOR têm a possibilidade de comprar os CI's e trocá-los por ações de sua própria empresas nos leilões especiais do FINOR. Como o valor de mercado dos CI's é, em média, bem abaixo do seu valor nominal, esta

operação financeira acaba se tornando extremamente vantajosa para as empresas incentivadas, constituindo-se na verdade em um subsídio implícito¹.

Tabela 2

FINOR- Recursos Liberados na indústria de transformação nordestina(1985-95)

Gêneros	Valor em milhões de US\$	Participação (%)
Minaerais não metálicos	295.198	15,55
Metalúrgica	236.313	12,45
Mecânica	45.581	2,40
Material Elétrico e de Comunicações	321.070	1,69
Material de transportes	48.909	2,58
Madeira	19.414	1,02
Mobiliário	47.865	2,52
Papel e papelão	22.808	1,20
Borracha	7.533	0,40
Couros e peles	9.031	0,48
Química	168.230	8,86
Farmacêutica	-	NA
Perfumaria, sabões e velas	12.089	0,64
Produtos de matérias plásticas	51.404	2,71
Têxtil	381.389	20,08
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos	150.363	7,92
Produtos alimentares	304.200	16,02
Bebidas	38.345	2,02
Fumo	-	NA
Editorial e gráfica	5.541	0,29
Diversas	22.558	1,19
Média	1898.860	

Fonte:SUDENE

Os valores distribuídos pelo FINOR no nordeste , durante o período de 1985 a 1995 estão dispostos na tabela 2. Percebe-se que os gêneros *produtos alimentares, têxtil, transformação de minerais não metálicos e metalúrgica*, receberam mais de 10% do total cada. Enquanto que *editorial e gráfica, couros e peles, perfumaria e borracha* tiveram uma participação abaixo de 1% do total.

2.2.2 FNE

Criado pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado em 1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem como fonte de recursos 1,8% do resultado da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e

¹ Para maiores detalhes de como surge este subsídio implícito ver Barreto (1990)

sobre produtos industrializados, contando também com recursos provenientes de suas aplicações.

O principal objetivo deste fundo, segundo regulamentação de 1989, é promover assistência financeira em condições adequadas aos empreendimentos regionais prioritários, propiciando o incremento da produção e da produtividade das atividades econômicas, especialmente na região nordeste. Em troca da concessão do empréstimo, em condições melhores que as do mercado, as empresas beneficiadas têm que oferecer como contrapartida garantias reais como imóveis, terrenos e equipamentos a serem adquiridos.

Tabela 3
Valor Contratado no Sistema FNE-1995

Gêneros Industriais	Valor contratado	Participação setorial (%)
Minerais não metálicos	372.242	7,03
Metalúrgica	25,043	4,73
Mecânica	3.336	0,63
Material Elétrico e de Comunicações	10,421	1,97
Material de transportes	0,515	0,10
Madeira	5,972	1,13
Mobiliário	10,819	2,04
Papel e papelão	7,881	1,49
Borracha	5,838	1,10
Couros e peles	2,149	0,41
Química	34,551	6,53
Farmacêutica	8,313	1,57
Perfumaria, sabões e velas	4,035	0,76

Produtos de matérias plásticas	30.636	5,79
Têxtil	94.513	17,86
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos	102.550	19,38
Produtos alimentares	106.732	20,17
Bebidas	10.232	1,93
Fumo	0.312	0,06
Editorial e gráfica	22.750	4,30
Diversas	-	NA
Média	529.204	

Fonte: Banco do Nordeste

A tabela 3 mostra os valores contratados com o FNE por gênero na indústria de transformação do nordeste em 1995. Verifica-se que os setores que mais receberam recursos foram: *têxtil* (17,86% do total), *vestuário, calçados e artefatos de tecido* (19,38%) e *produtos alimentares* (20,17%). Por outro lado, setores menos beneficiados foram *mecânica, material de transporte, couros e peles, sabões e velas, perfumaria e fumo*

3. Modelo

Nesta seção é apresentado um modelo teórico de contabilidade do crescimento econômico desenvolvido por Solow (1957), Kendrick (1961) e Denison (1962) e um modelo econométrico para testar o impacto de políticas públicas sobre a produtividade da indústria de transformação.

Seja Y uma função de produção do valor agregado no gênero i:

$$Y = F(A, K, L) \quad (1)$$

Y: quantidade de valor agregado;

K: quantidade de capital físico utilizado na produção;

L: força de trabalho utilizada na produção;

A: nível de tecnologia ;

Após a diferenciação da equação (1) em relação ao tempo e dividindo-a por Y, obtém-se a seguinte igualdade:

$$\dot{Y}/Y = g + (F_K K/Y) \cdot (\dot{K}/K) + (F_L L/Y) \cdot (\dot{L}/L) \quad (2)$$

Onde F_K e F_L são os produtos marginais dos fatores capital e trabalho e g o crescimento do valor agregado devido à mudança tecnológica, sendo dado por

$$g \equiv (F_A A/Y) \cdot (\dot{A}/A) \quad (2.1)$$

Assumindo que a tecnologia afeta os fatores de produção na mesma intensidade, ou seja, a tecnologia é “hicks-neutral” então $F(A,K,L) = A f(K,L)$ e

$$g = \dot{A}/A \quad (3)$$

O termo g é conhecido na literatura como resíduo de Solow ou variação da produtividade total dos fatores e representa uma mudança no nível da função de produção definida pela equação (1).

Assim, pela equação anterior e definindo α e β como as elasticidades do valor agregado em relação ao capital e ao trabalho respectivamente, a equação (2) pode ser reescrita como:

$$\dot{PTF}/PTF = \dot{Y}/Y - \alpha(\dot{K}/K) - \beta(\dot{L}/L) \quad (4)$$

Onde, PTF é a produtividade total dos fatores e \dot{PTF}/PTF é a sua variação ou taxa de crescimento.

Apesar do resíduo de Solow ter sido uma importante contribuição na área de pesquisa do crescimento econômico, ele possui algumas limitações em termos empíricos na medida em que exige-se que os dados estejam em tempo contínuo. Desta forma utiliza-

se a aproximação de Tornqvist, definida pela equação (5) para adaptar o uso de dados discretos em modelos de tempo contínuo.

$$VPTF_t = \ln \left(\frac{Y_t}{Y_{t-1}} \right) - \alpha \ln \left(\frac{K_t}{K_{t-1}} \right) - \beta \ln \left(\frac{L_t}{L_{t-1}} \right) \quad (5)$$

Onde $VPTF_{t,t-1}$ representa a taxa de crescimento em tempo discreto ou variação da PTF.

O objetivo deste trabalho é avaliar a influência das chamadas variáveis de controle sobre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, definida pela razão entre o valor agregado (Y_i) e a força de trabalho (L_i), e sobre a taxa de crescimento da PTF definida pela equação (4).

Desta maneira, baseado no modelo neoclássico simples, estima-se a equação seguinte:

$$\dot{W}_i/W_i = \beta_i + \delta Z_i + \xi_i \quad (6)$$

A variável dependente \dot{W}_i/W_i pode representar crescimento da produtividade do trabalho (\dot{y}_i/y_i), onde $y_i = Y_i / L_i$ ou da produtividade total dos fatores (\dot{PTF}_i/PTF_i) em cada gênero da indústria de transformação do nordeste.

O vetor Z_i , por sua vez, denota um conjunto de variáveis de controle (políticas públicas), incluindo os seguintes instrumentos :

TAR_i: tarifa média. Ela é definida pelo imposto nominal ad valorem de importação;

FIN_i: incentivo fiscal dado ao gênero industrial i representado pelo FINOR;

FNE_i: incentivo creditício concedido ao gênero i, representado pelo FNE;

$KHUM_i$; é uma medida do capital humano em cada gênero i .²

O vetor Z_i pode, então, ser resumido da seguinte forma:

$$Z_i = [TAR_i, FIN_i, FNE_i, KHUM_i]$$

4. Produtividade

Nesta seção são apresentadas duas medidas para avaliar a produtividade da indústria de transformação do nordeste: produtividade do trabalho e produtividade total dos fatores. São analisados aspectos conceituais, evolução temporal e a relevância de políticas públicas como o FINOR e a política de tarifas sobre importações para explicar a variação de ambas as medidas de produtividade.

4.1 Produtividade do Trabalho

4.1.2 Aspectos conceituais

Os dados utilizados nesta seção (valor real da produção, horas trabalhadas e número de empregados ligados à produção) provêm da *Pesquisa Industrial Mensal - dados gerais* (PIM- DG) do IBGE e estão dispostos na forma de índice conforme anexos 1, 2 e 3.

Segundo seção anterior a produtividade do trabalho deveria ser calculada pela simples divisão do valor agregado por uma medida da força de trabalho. No entanto, por não dispor de dados sobre o valor agregado (va) em cada gênero da indústria de transformação nordestina optou-se por utilizar o valor da produção real como *proxy*. Para isto, é necessário supor que a relação entre valor da produção real (vpr) e valor do consumo intermediário (vci) seja constante ao longo tempo³. Tal hipótese se sustenta no pressuposto de que os preços relativos, a organização industrial e a qualidade dos produtos

² Por não dispor de dados de capital humano em quantidade suficiente para incluir esta variável na função de produção, optou-se por tomá-la como uma variável de política pública.

³ Vale lembrar que valor agregado é igual ao valor da produção real menos o valor do consumo intermediário.

se mantenham inalterados. A seguir são discutidas violações destes pressupostos e seus eventuais efeitos sobre o índice de produtividade.

No que diz respeito aos preços relativos, estes podem afetar o grau de adequação da *proxy* a partir do momento em que mudam a relação vci/vpr . Se houver diminuição do preço dos insumos, por exemplo, reduz-se a relação vci/vpr e aumenta a relação va/vp , também suposta constante. Por outro lado, se houver redução de salários a razão vc/vpr aumenta, enquanto que a razão va/vp , suposta constante, diminui.

Outros fatores que podem distorcer o índice são novas formas de organização industrial. Dentre elas, a que mais afeta a credibilidade do índice é a terceirização da produção, pois superestima a produtividade do trabalho na medida em que a produção de um dado valor agregado é creditado a um número de trabalhadores ligados à produção menor do que o que deveria ser computado caso fosse adicionada a força de trabalho terceirizada.⁴

Através dos dados provenientes da PIM-DG foram construídas duas medidas para a produtividade do trabalho definidas da seguinte forma:

$$PH_{it} = VPR_{it} / HT_{it} \quad (6.1)$$

$$PL_{it} = VPR_{it} / N_{it} \quad (6.2)$$

$$VPH_{it} = (PH_{it} - PH_{it-1}) / PH_{it} \quad (6.3)$$

$$VPL_{it} = (PL_{it} - PL_{it-1}) / PL_{it} \quad (6.4)$$

Onde:

⁴ A influência da qualidade dos produtos na composição do índice é discutida em Salm, Sabóia e Carvalho (1997). Segundo estes um produto mais sofisticado e de melhor qualidade tende a incorporar maior valor agregado e isto escapa ao índice de produtividade. Neste caso, portanto, o efeito é uma subestimação do valor agregado e, conseqüentemente, da produtividade.

PH_{it} = Produtividade do trabalho medida pelo número de horas trabalhadas dedicadas à produção do gênero i no tempo t ;

VPR_{it} = Valor da produção real do gênero i no tempo t ;

HT_{it} = Horas trabalhadas, empregadas na produção do gênero i no tempo t ;

PL_{it} = Produtividade do trabalho medida pelo número de trabalhadores ligados à produção do gênero i no tempo t ;

N_{it} = Número de trabalhadores ligados à produção do gênero i no tempo t ;

VPH_{it} = Variação ou taxa de crescimento de PH

VPL_{it} = Variação ou taxa de crescimento de PL

A avaliação da produtividade do trabalho pelo número de trabalhadores ligados à produção, PL , pode apresentar distorções, uma vez que a produtividade pode aumentar sem que PL capte esta mudança. A título de exemplo, suponha que o valor da produção real e o número de trabalhadores ligados à produção se mantenham constantes de um período para outro e que novas tecnologias sejam adotadas em um certo gênero industrial de maneira que o número de horas trabalhadas diminua no mesmo período, já que os indivíduos se tornaram mais produtivos. Assim, a produtividade do trabalho, medida por PL , conservaria o seu valor inicial pois VPR e N manteriam os mesmos valores, enquanto que medida por PH , a produtividade do trabalho aumentaria dado que VPR não se altera e H diminui.

Por captar melhor as mudanças tecnológicas ocorridas na produção, PH representa mais fielmente o conceito de produtividade do trabalho.

Os dados do IBGE, no entanto, não calculam diretamente as horas trabalhadas e sim uma *proxy* que são as horas pagas. Via de regra as duas medidas são iguais. As exceções ocorrem quando se pagam horas não trabalhadas como é o caso de férias, licença

maternidade e licença por motivo de doença, o que subestimaria o índice de produtividade do trabalho.

Para contornar este problema são apresentadas ao longo do presente trabalho as duas medidas, *PH* e *PL*, com o objetivo de avaliar se há uma variação significativa nos valores calculados.

Dadas as observações sobre a adequação da base dados proveniente da PIM-DG ao conceito de produtividade do trabalho é impossível determinar o sentido do viés causado pelo uso das variáveis descritas acima. Uma elevação no preço dos insumos superestimaria o índice enquanto que um aumento na qualidade dos produtos o subestimaria. O resultado líquido, porém, é desconhecido.

Outro aspecto importante é a escolha do período em análise. De 1985 a 1995 é possível captar os efeitos sobre a produtividade da indústria de transformação do nordeste da transição de uma política de barreiras à importação para uma política de abertura comercial que teve seu início nos anos 90.

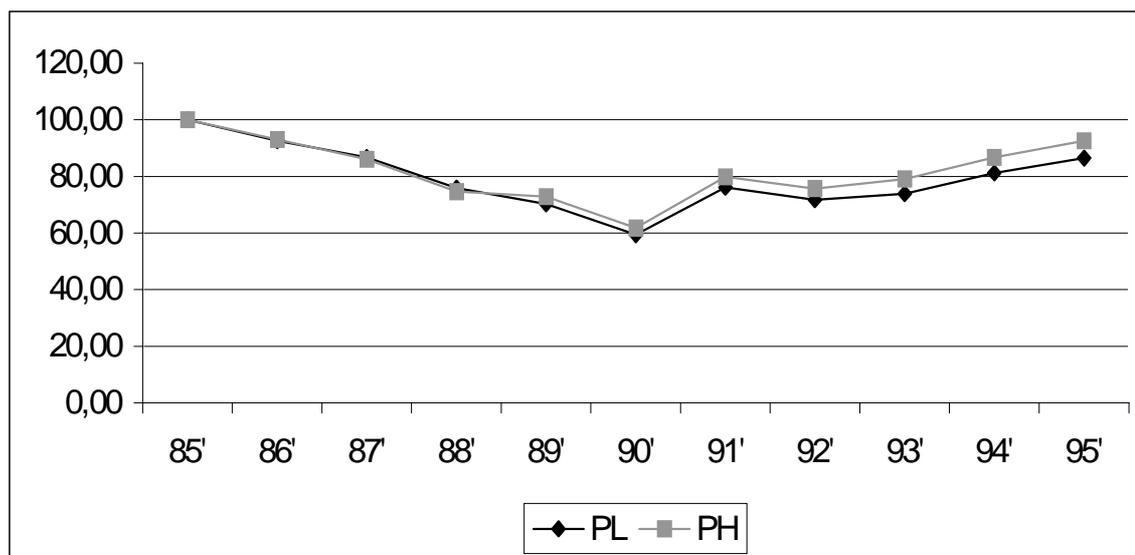
4.1.2 Evolução da produtividade do trabalho

A figura 1 a seguir mostra o comportamento das duas medidas da produtividade do trabalho na indústria de transformação nordestina, *PH* e *PL*. Observa-se que o período em análise, 1985 a 1995, pode ser decomposto em três sub-períodos: 1985-1989, 1990-1993 e 1994-1995. No primeiro as medidas agregadas de produtividade do trabalho na indústria de transformação nordestina, *PL* e *PH*, decresceram em média 3,07% e 2,9% ao ano respectivamente. No segundo período que coincide com o início da abertura econômica, a produtividade do trabalho decresceu em média 1,4 % ao ano, no caso de *PL*, e 1,1%, no

caso de *PH*. O último período apresenta taxas de crescimento anual média de 3,0% em ambas as medidas.⁵

Figura 1

Produtividade do trabalho (média da indústria de transformação do nordeste, 1985-1995)⁶



Um rápida inspeção na figura 1 sugere ainda a equivalência entre PH e PL. Sugestão esta que é confirmada pelo alto coeficiente de correlação (0,98) entre as duas medidas.

Os gêneros, por sua vez, acompanham a tendência dos dados agregados da indústria de transformação nordestina, como pode ser verificado na tabela 4.

No primeiro sub-período, a produtividade do trabalho, *PL*, diminui em quase todos os segmentos, com o gênero *transformação de produtos minerais não metálicos* registrando o pior desempenho (11,38% de decréscimo médio ao ano). No segundo período, na metade dos gêneros a produtividade aumenta, com destaque positivo para o

⁵ Valores obtidos a partir das tabelas 4 e 5.

⁶ O dados a partir dos quais foi construída a figura 1 foram gerados pela média da produtividade do trabalho dos 21 gêneros da indústria de transformação do nordeste a cada ano.

gênero *têxtil* (3,0% de crescimento médio ao ano) e negativo para *madeira* (15,6% de decréscimo médio ao ano). Finalmente, no terceiro sub-período, a maior parte dos gêneros apresenta aumento de produtividade, destacando-se os gêneros *editorial e gráfica* e *madeira* que mostraram um crescimento anual médio de 14,31% e 10,35% na produtividade, respectivamente.

Tabela 4

Variação da Produtividade do Trabalho - VPL(%)

Gêneros	PERÍODO		
	86-89	90-93	94-95
Minerais não metálicos	-11.38	0.56	7.00
Metalúrgica	2.03	-2.64	-4.15
Mecânica	-5.54	0.38	3.33
Material Elétrico e deCom.	0.35	-1.73	8.89
Material de transportes	-4.43	-2.84	3.91
Madeira	-6.94	-15.60	10.45
Mobiliário	-8.38	6.32	2.44
Papel e papelão	-1.97	0.32	6.94
Borracha	9.25	-6.30	-6.82
Couros e peles	-6.77	1.66	1.67
Química	-0.52	-0.17	6.38
Farmacêutica	0.10	-7.61	0.69
Perfumaria, sabões e velas	-6.85	-9.33	-4.09
Produtos de matérias plásticas	-0.05	0.07	1.42
Têxtil	-3.88	3.10	-0.52
Vestuários, calçados e artefatos de	0.39	1.43	-0.63
Produtos alimentares	-4.57	1.46	2.74
Bebidas	-8.14	-4.21	6.74
Fumo	-4.31	6.66	7.04
Editorial e gráfica	-0.60	-1.77	14.31
Diversas	-0.16	3.56	-2.08
Média da indústria de transformação	-3,07	-1,4	3,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais

Obs: Os dados da tabela foram obtidos através da medida PL.

Os valores da produtividade do trabalho medidos por *PH* apresentados na tabela 5 mostram que não há uma variação relevante tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo em relação a produtividade medida por *PL*.

Tabela 5

Variação da Produtividade do Trabalho - VPH(%)

Gêneros	PERÍODO		
	86-89	90-93	94-95
Mínerais não metálicos	-9.85	1.06	7.57
Metalúrgica	2.70	-2.58	-3.08
Mecânica	-5.10	2.01	3.76
Material Elétrico e deCom.	0.54	-1.40	8.91
Material de transportes	-4.45	-2.94	4.16
Madeira	-7.58	-15.03	10.48
Mobiliário	-8.41	6.27	1.87
Papel e papelão	-1.22	0.49	7.05
Borracha	8.67	-6.05	-6.85
Couros e peles	-7.61	1.05	1.84
Química	-0.33	0.69	4.56
Farmacêutica	0.81	-6.37	-0.69
Perfumaria, sabões e velas	-6.77	-8.19	-4.25
Produtos de matérias plásticas	0.61	-0.54	2.38
Têxtil	-3.20	3.31	-0.69
Vestuários, calçados e artefatos de	0.68	1.66	-0.05
Produtos alimentares	-4.21	1.66	2.10
Bebidas	-8.33	-4.31	7.77
Fumo	-4.62	5.51	7.48
Editorial e gráfica	-1.33	-0.32	14.59
Diversas	0.09	3.08	-2.43
Média da indústria de transformação	-2.9	-1.1	3.0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais

Obs: Os dados da tabela foram obtidos através da medida PH.

4.1.3 O impacto de políticas públicas sobre a produtividade do trabalho

Para avaliar o impacto das variáveis de políticas públicas, FINOR (FIN) e tarifa de importação (TAR), sobre a variação da produtividade do trabalho realizou-se a regressão descrita pela equação (6) onde a variável dependente $\dot{W}_i/W_i = \dot{y}_i/y_i$ e o vetor Z_i são compostos das variáveis independentes FIN e TAR.

A tabela 6 a seguir mostra os resultados da regressão. Pode-se verificar que a significância do coeficiente de TAR (tarifa nominal média) corrobora o resultado esperado, ou seja, uma relação inversamente proporcional entre a variação da produtividade do trabalho e barreiras tarifárias ao comércio internacional. A elasticidade tarifa-produtividade se revelou elevada. Para 1% de redução na tarifa nominal média a taxa anual de crescimento da produtividade do trabalho aumenta em 3,5%.

O coeficiente estimado de FIN, no entanto, se mostrou insignificante, o que permite concluir que os incentivos creditícios do FINOR não tiveram influência sobre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho durante o período analisado .

Tabela 6
Regressão para a Variação da Produtividade do Trabalho – VPL

VARIÁVEL INDEPENDENTE	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	P-VALUE
FIN	-3,29E-08 (- 0,7317)	4.49E-08	0.4811
TAR	-0,084 (- 2.557)	0.032	0.0285
R ²	0.485	Média da var. dependente	-1.214
R ² ajust	0.331	D.P da variável dependente	2.308
Erro padrão da regressão	1.887	Akaike info criterion	4.343
SQR	35.636	Obs*R ²	6.361
Log Likelihood	-26.405	Estatística F	3.147
D W	2.502	Prob. (Estatística F)	0.073

Nota: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS

Com o objetivo de analisar a sensibilidade dos valores da regressão acima à uma mudança na contabilidade da produtividade do trabalho, realiza-se uma nova regressão onde a medida da variável dependente toma valores de *VPH* no lugar de *VPL*, obtendo assim os resultados apresentados na tabela 7 abaixo.

Tabela 7
Regressão para a Variação da Produtividade do Trabalho – VPH

Variável independente	Coefficiente	Erro padrão	P-Value
FIN	-2,74E-08 (- 0,660)	4.15E-08	0.5243
TAR	-0,087 (- 2,86)	0.030430	0.0169
R ²	0.536	Média da var. dependente	-0.896
R ² ajust	0.396	D.P da variável dependente	2.244
Erro padrão da regressão	1.743	Akaike info criterion	4.184
SQR	30.392	Obs*R ²	6.132
Log Likelihood	-25.291	Estatística F	3.851
D W	2.744	Prob. (Estatística F)	0.045

Nota: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS

A significância e os valores dos coeficientes não se mostraram sensíveis à mudança da contabilidade da produtividade do trabalho para *PH*. O coeficiente de TAR, por exemplo, variou de -0.084 para -0.087. A elasticidade tarifa-produtividade, por sua vez, também se revelou elevada. Para 1% de redução na tarifa nominal média a taxa anual de crescimento da produtividade do trabalho aumenta em 4,8%.

Em ambas as regressões os dados da variável dependente, taxa de crescimento da produtividade do trabalho, e das duas variáveis independentes, FIN e TAR, consistem de uma média do período de 1985 a 1995 em cada gênero. Foram realizados ainda testes de White com termos cruzados para as regressões. A estatística de White, $Obs \cdot R^2$, se mostrou insignificante em ambas as regressões, não indicando, assim, a presença de heterocedasticidade.

4.2 Produtividade Total dos Fatores

4.2.1 Cálculo da variação da PTF

Existem dois métodos de calcular a variação da PTF. O primeiro parte da suposição de competitividade no mercado de fatores representada pelas seguintes equações:

$$\frac{\partial F}{\partial K} \equiv F_K = R \quad (6.3)$$

$$\frac{\partial F}{\partial L} \equiv F_L = W \quad (6.4)$$

onde R representa o preço do aluguel do capital e W a taxa de salário. Dito de outra forma, os fatores capital e trabalho são remunerados pelos respectivos produtos marginais. Como $\alpha = (F_K K / Y)$, $\beta = (F_L L / Y)$, deduz-se que:

$\alpha = RK / Y$ (participação do capital na renda total da indústria, s_K) e

$\beta = WL / Y$ (participação do trabalho na renda total da indústria, s_L).

Substituindo estes valores na equação(4) a variação da PTF pode ser determinada da seguinte forma:

$$\frac{\dot{PTF}}{PTF} = \frac{\dot{Y}}{Y} - s_K \frac{\dot{K}}{K} - s_L \frac{\dot{L}}{L} = \frac{\dot{A}}{A} \quad (7)$$

Assim, a hipótese de competição perfeita permite transformar elasticidades não observáveis (α e β) em participações na renda observáveis. É interessante notar que para deduzir a equação (7) não foi necessário explicitar nenhuma a forma funcional para a função de produção descrita pela equação (1). Por este motivo esta maneira de determinar as elasticidades do produto em relação aos fatores de produção, e conseqüentemente, o resíduo de Solow, é conhecida na literatura como método não-paramétrico.

No entanto, Hulten (1973) mostra que para que a equação diferencial (7) tenha solução única para $A(t)$, é necessário supor a existência de uma função de produção cujas derivadas parciais em relação aos fatores de produção capital e trabalho sejam iguais às remunerações destes fatores, R e W respectivamente, usadas para calcular s_k e s_L .

A conclusão de Hulten enfraquece o método não-paramétrico pois se existe uma função de produção subtendida é mais interessante recorrer ao segundo método de determinação da variação da PTF. Este método consiste em impor uma função de produção como aproximação da função potencial real, que é desconhecida, e estimar α e β econometricamente para então determinar a variação da PTF através da equação (4). Isto evita a necessidade da suposição de retornos constantes de escala, assim como de competição perfeita no mercado de fatores, o que poderia gerar estimativas viesadas do parâmetro hicksiano $A(t)$, Hall (1988).

Assim, seja uma função de produção do tipo Cobb-Douglas:

$$Y_t = A_t K_t^\alpha L_t^\beta \quad (8)$$

Aplicando logaritmo na equação (8) obtém-se a seguinte equação a ser estimada:

$$\text{Log}Y_t = c + \alpha \text{log}K_t + \beta \text{log}L_t + \xi_t \quad (9)$$

Para esta estimação, cujos resultados são apresentados na tabela 8, foram utilizados dados agregados da indústria de transformação do nordeste, em séries temporais, para o período de 1976 a 1995. A série de capital foi construída a partir de dados de investimento a preços constantes de 1993⁷. O método adotado foi o *perpetual inventory method* com uma taxa de depreciação de 6% ao ano.

⁷ “Agregados Econômicos Regionais, Nordeste do Brasil”, SUDENE (1999)

Tabela 8
Regressão para o Valor Agregado

Variável independente	Coefficiente	Erro padrão	P-Value
Capital físico	0.223 (5.71)	0.039	0.0000
Trabalho	0.774 (20.15)	0.038	0.0000
R ²	0.573	Média da var. dependente	4.557
R ² ajust	0.523	D.P da variável dependente	0.134
Erro padrão da regressão	0.093	Akaike info criterion	-1.772
SQR	0.147	Crítério de Schwartz	-1.622
Log Likelihood	20.720	D W	1.561

Obs: Estatística t entre parênteses. Todas as variáveis independentes estão em log.
Método utilizado: OLS

Como pode se ver pela tabela 8 acima os coeficientes, ou elasticidades, $\alpha=0,23$ e $\beta=0,77$, para o capital físico e trabalho respectivamente, se mostraram significantes e com sinal esperado. Apesar de não ser necessária para o desenvolvimento do modelo descrito neste trabalho, a função de produção é homogênea de grau 1, ou seja, a soma de α e β é estatisticamente igual a 1.

4.2.2 Aspectos conceituais

No modelo teórico e no desenvolvimento do item (4.2.1) foi mostrado que a taxa de crescimento da PTF para dados contínuos deve ser calculada através da equação (4) e que para dados discretos, como é o caso neste trabalho, deve-se usar a aproximação de Tornqvist explicitada na equação (5) com α e β calculados econometricamente segundo regressão apresentada na tabela 8.

Analogamente à produtividade do trabalho, foram criadas duas medidas para avaliar a variação da produtividade total dos fatores determinadas pelas seguintes equações:

$$VPTFh_{it} = \ln \left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,t-1}} \right) - \alpha \ln \left(\frac{K_{it}}{K_{i,t-1}} \right) - \beta \ln \left(\frac{HT_{it}}{HT_{i,t-1}} \right) \quad (10)$$

$$VPTFl_{it} = \ln \left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,t-1}} \right) - \alpha \ln \left(\frac{K_{it}}{K_{i,t-1}} \right) - \beta \ln \left(\frac{N_{it}}{N_{i,t-1}} \right) \quad (11)$$

Onde:

$VPTFh_{it}$ = Variação ou taxa de crescimento da produtividade total dos fatores sendo a força de trabalho medida pelo número de horas trabalhadas do gênero i no tempo t;

VPR_{it} = Valor da produção real do gênero i no tempo t;

Y_{it} = Valor agregado tendo como proxy o VPR_{it} ;

K_{it} = Nível de capital do gênero i no tempo t;

HT_{it} = Horas trabalhadas, empregadas na produção, do gênero i no tempo t;

$VPTFl_{it}$ = Variação ou taxa de crescimento da produtividade do trabalho com a força de trabalho medida pelo número de trabalhadores ligados à produção do gênero i no tempo t;

N_{it} = Número de trabalhadores ligados à produção do gênero i no tempo t;

As mesmas observações sobre os possíveis vieses do índice de produtividade do trabalho continuam válidas para a variação da produtividade total dos fatores. Da mesma forma, uma elevação no preço dos insumos superestimaria o índice da VPTF enquanto que um aumento na qualidade dos produtos o subestimaria .

A discussão sobre o grau de adequabilidade da variável HT também remete aos mesmos problemas no cálculo do índice da produtividade do trabalho. Neste sentido, para contornar parte destes problemas são realizadas comparações entre $VPTFl$ e $VPTFh$ com o

objetivo de avaliar a robustez dos valores encontrados para a produtividade total dos fatores.

O período em análise, por sua vez, é o mesmo para o caso da produtividade do trabalho e também se justifica por coincidir com o início do processo de abertura econômica no país.

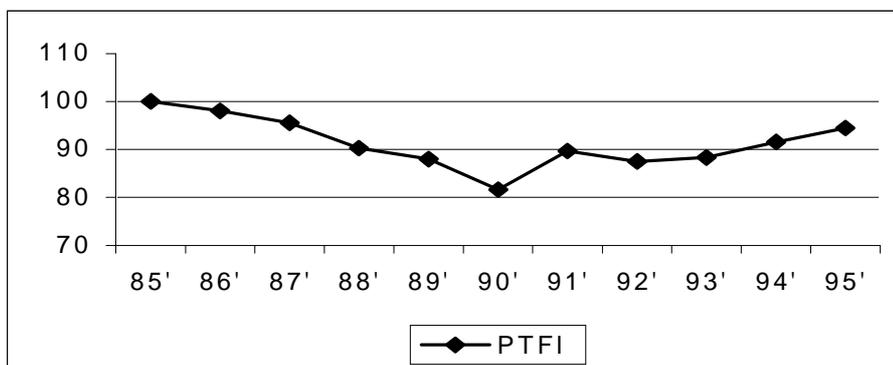
4.2.3 Evolução da PTF na Indústria de Transformação do Nordeste

A Figura 2 abaixo mostra a evolução da *PTFl* da indústria de transformação do nordeste de 1985 a 1995⁸. Como pode ser visto, a *PTFl* apresenta comportamento semelhante a produtividade do trabalho, decrescendo até 1990 e se recuperando desde então. Para a maioria dos gêneros esta análise dos dados agregados para a indústria de transformação do nordeste continua válida em geral (ver tabela 8.1). A *PTFl* declinou em quase todos os gêneros no período 1986-1989, destacando-se *materiais não metálicos e mobiliário*, com 8,95% e 6,68% ao ano de decréscimo médio anual na *PTFl* respectivamente.⁹

Figura 2
Produtividade Total dos Fatores
(Média da Indústria de Transformação Nordestina, 1985-1995)

⁸A *PTFl* consiste no nível de produtividade total dos fatores obtida a partir da *VPTFL*, estando disposta em número-índice de base fixa. Os dados anuais da *PTFl* constantes da figura 2 foram obtidos tomando-se a média da *PTFl* dos 21 gêneros a cada ano.

⁹A *PTFh* agregada da indústria de transformação do nordeste segue a mesma tendência da *PTFl* (ver anexo



No segundo período, quase a metade dos gêneros registrou aumento na *PTFl*, com destaque para *mobiliário* e *fumo* que tiveram a *PTFl* aumentada em mais de 4% ao ano, em média. O destaque negativo fica por conta de *madeira*, *sabões e velas*, *farmacêutica e perfumaria*, gêneros em que a *PTFl* decresceu mais de 5% ao ano em média.

No terceiro período todos os gêneros, exceto quatro, apresentaram queda na *PTFl*. Como pode ser visto, *material elétrico* e comunicações e *editorial e gráfica* se distanciam da média, apresentando taxas de crescimento anuais médias superiores a 7%.

O gênero *borracha*, no entanto, não acompanhou a tendência e teve a *PTFl* reduzida em 4,54% ao ano em média.¹⁰

Tabela 8.1

Variação da Produtividade Total dos Fatores-VPTFL(%)

Gêneros	PERÍODO		
	86-89	90-93	94-95
Minerais não metálicos	-8.95	0.27	6.24
Metalúrgica	1.42	-2.22	-2.46
Mecânica	-4.43	0.14	3.38
Material Elétrico e Com.	0.11	-1.47	7.68
Material de transportes	-3.56	-2.37	3.80
Madeira	-5.49	-11.82	8.86
Mobiliário	-6.68	4.73	2.73

7). O coeficiente de correlação de 0,98 entre as duas séries *PTFl* e *PTFh*, corroboram esta afirmação.

¹⁰ Os dados referentes a *VPTFh* por setor estão dispostos no anexo 5 e não apresentam variação significativa em relação aos valores de *VPTFl* da tabela 8.1.

Panel e panelão	-1.61	0.08	6.13
Borracha	7.00	-5.02	-4.54
Couros e peles	-5.33	1.14	2.07
Química	-0.57	-0.29	5.71
Farmacêutica	-0.05	-5.98	1.44
Perfumaria, sabões e velas	-5.49	-7.31	-2.40
Produtos de matérias plásticas	-0.19	-0.12	1.90
Têxtil	-3.19	2.25	0.38
Vestuários, calçados e artefatos de	0.14	0.95	0.27
Produtos alimentares	-3.66	0.97	2.93
Bebidas	-6.34	-3.43	6.01
Fumo	-3.44	5.02	6.22
Editorial e gráfica	-0.58	-1.48	11.87
Diversas	-0.28	2.68	-0.84
Média	-2.5	-1.19	3.13

Nota: Produtividade total dos fatores calculada a partir da produtividade do trabalho medida utilizando os dados pessoas ocupadas ligadas à produção.

4.2.4 O impacto de políticas públicas sobre a variação da produtividade total dos fatores

O efeito de intervenções públicas como o programa FINOR e a política de tarifas de importação na evolução da PTF no período 85-95 pode ser medida através da estimação da equação (6), tomando como variável dependente a variação da produtividade total dos fatores.

Tabela 9
Regressão para a Variação da PTF - *VPTFI*

Variável independente	Coefficiente	Erro padrão	P-Value
FIN	-2.56E-08 (-0.737)	3.47E-08	0.4779
TAR	-0.065 (-2.553)	0.025437	0.0287

R ²	0.484	Média da var. dependente	-0.893
R ² ajust	0.329	D.P da variável dependente	1.779
Erro padrão da regressão	1.457	Akaike info criterion	3.826
SQR	21.231	Obs*R ²	6.49
Log Likelihood	-22.782	Estatística F	3.126
D W	2.485	Prob. (Estatística F)	0.074

Nota: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS

Os resultados da tabela 9 acima, confirmam o sinal e a significância esperada para o coeficiente de TAR. Quanto menor as barreiras ao comércio exterior (TAR) maior a taxa de crescimento da PTF. Pode ser mostrado que 1% de redução na tarifa causa uma aumento de 3,7% na taxa anual de crescimento da PTF. Como no caso da regressão para a produtividade do trabalho, o coeficiente de FIN não tem correlação com a variação da PTF.

Analogamente ao caso da produtividade do trabalho, é realizada uma nova regressão (tabela 9.1) com as mesmas variáveis independentes, FIN e TAR, e com a variável dependente *VPTFh* no lugar de *VPTFl*.

Tabela 9.1
Regressão para a Variação da PTF - *VPTFh*

Variável independente	Coefficiente	Erro padrão	P-Value
FIN	-2.16E-08 (-0.671)	3.21E-08	0.517
TAR	0.067	0.023	0.017

	(-2.851)		
R ²	0.533	Média da var. dependente	-0.648
R ² ajust	0.393	D.P da variável dependente	1.733
Erro padrão da regressão	1.350	Akaike info criterion	3.673
SQR	18.229	Obs*R ²	6.255
Log Likelihood	-21.712	Estatística F	3.812
D W	2.722	Prob. (Estatística F)	0.046

Nota: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS

A análise de sensibilidade mostra que a significância dos coeficientes e o R² são robustos em relação a mudança na variável força de trabalho. O coeficiente de TAR pouco se modificou, passando de -0,065 para 0,067. Enquanto que elasticidade tarifa-produtividade apresentou uma variação maior, tendo seu valor alterado de 3,7 para 5,3.

Os dados utilizados para realizar as duas regressões anteriores representam uma média do período de 1985 a 1995, em cada gênero, tanto da variável dependente, variação ou taxa de crescimento da PTF, como das duas variáveis independentes, FIN e TAR. Ambas as regressões foram submetidas a testes de White com termos cruzados, mas a estatística de White, Obs*R², não permite aceitação da hipótese de presença de heterocedasticidade.

5. FNE e Capital Humano

Os dados do FNE consistem dos valores contratados pelo gerenciador do fundo no ano de 1995 conforme tabela 3. Por sua vez, o capital humano é representado por seis categorias diferentes segundo a tabela seguir, onde E_j representa os diferentes níveis de escolaridade dos empregados em cada gênero industrial no ano de 1995.

Tabela 10

Níveis de Escolaridade por Gênero da Indústria de Transformação Nordestina(%)

Gêneros	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Minerais não metálicos	13	22	25	17	18	5
Metalúrgica	2	7	20	30	34	7
Mecânica	2	22	24	21	24	7
Material Elétrico e deCom.	8	17	20	23	25	7
Material de transportes	5	22	16	40	13	4
Madeira	10	27	31	20	11	1
Mobiliário	3	13	35	25	23	1
Papel e papelão	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Borracha	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Couros e peles	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Química	2	9	10	20	46	13
Farmacêutica	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Perfumaria, sabões e velas	23	14	18	28	14	3
Produtos de matérias plásticas	3	12	29	25	26	5
Têxtil	2	17	29	30	19	3
Vestuários, calçados e artefatos	4	27	19	32	16	2
Produtos alimentares	21	20	17	24	16	2
Bebidas	2	8	17	27	40	6
Fumo	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Editorial e gráfica	0	9	22	38	28	3
Diversas	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Banco do Nordeste

Obs: Os dados se referem ao ano de 1995.

E1: Porcentagem dos empregados de cada gênero que possui menos de um ano de estudo.

E2: Porcentagem dos empregados em cada gênero que possui de 1 a 3 anos de estudo.

E3: Porcentagem dos empregados em cada gênero que possui de 4 a 7 anos de estudo.

E4: Porcentagem dos empregados em cada gênero que possui 1^o grau completo.

E5: Porcentagem dos empregados em cada gênero que possui 2^o grau completo.

E6: Porcentagem dos empregados de cada gênero que possui 3^o grau completo.

Pela soma das duas primeiras colunas da tabela acima verifica-se que os gêneros *transformação de produto minerais não-metálicos, calçados e artefatos de tecidos, sabões e velas, produtos alimentares e Vestuário, madeira e perfumaria* se destacam negativamente, apresentando mais de 30% dos empregados com menos de três anos de instrução.

Os gêneros *metalúrgica, editorial e gráfica, química e bebidas* se sobressaem no que diz respeito ao nível educacional intermediário (entre 4 e 7 anos de estudo, E3, ou 1º grau completo, E4), possuindo mais de 60% dos seus respectivos funcionários com tal nível educacional.

Vale ainda ressaltar os gêneros *química e bebidas* com 46% e 40% de seus respectivos empregados com 2º grau completo em contraste com 13% e 11% nos gêneros *madeira e material de transporte* respectivamente.

Observa-se que apenas o gênero *química* apresenta mais de 10% de seus empregados com nível superior completo contra menos de 3% nos gêneros *madeira, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário, Vestuário e Produtos Alimentares*.

Inúmeras regressões são realizadas nesta seção com objetivo de analisar a relação econométrica entre as variáveis independentes FNE, descrita na seção 2, e nível educacional, representada pela variável KHUM¹¹ e a variável dependente produtividade do trabalho ou produtividade total dos fatores conforme a equação(6)¹².

Na tabela 11 abaixo, na qual a produtividade total dos fatores é a variável dependente, o coeficiente estimado do FNE é insignificante em todos os modelos e, dos indicadores de capital humano, apenas o coeficiente de E5, que corresponde a segundo grau completo, se mostrou significativo e com sinal esperado.

A troca da variável dependente de VPTFl por VPTFh, conforme tabela 11.1, não ocasiona mudanças relevantes nos resultados. O coeficiente de FNE continua insignificante

¹¹ A variável que mede o nível educacional KHUM pode assumir qualquer um dos Ej descritos na tabela 10 o que gera o seis modelos diferentes nas tabelas 11, 11.1, 12 e 12.1.

¹² As variáveis dependentes, variação da produtividade do trabalho e da PTF se referem nesta seção apenas a 1995.

em todas as regressões e a variável de educação E5 é a única cujo coeficiente é estatisticamente diferente de zero. Este último coeficiente tem uma pequena variação entre as duas últimas regressões, passando de 0.136 para 0.143, assim como R^2 que tem seu valor alterado de 0,39 para 0,46.

Tabela 11
Regressão para a Variação da Produtividade Total dos Fatores - *VPTFI*

Variável independente	MODELO					
	1	2	3	4	5	6
FNE	-3.15E-08 (-0.681)	-5.72E-08 (-1.32)	-4.48E-08 (-1.07)	-4.83E-08 (-1.17)	-5.32E-08 (-1.45)	-4.38E-08 (-1.208)
E1	0.0967 (0.507)					
E2		0.173 (1.554)				
E3			0.106 (1.304)			
E4				0.105 (1.46)		
E5					0.136 (2.19)	
E6						0.538 (1.97)
R^2	0,16	0,29	0,25	0,28	0,39	0,36
R^2 ajust.	0,02	0,17	0,13	0,16	0,29	0,24
Obs* R^2	4,05	6,75	9,22	6,64	6,19	5,68

Obs: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS.

Tabela 11.1
Regressão para a Variação da Produtividade Total dos Fatores(VPTFh)

Variável independente	MODELO					
	1	2	3	4	5	6
FNE	-4.45E-08 (-0.959)	-7.03E-08 (-1.638)	-5.64E-08 (-1.36)	-5.94E-08 (-1.443)	-6.30E-08 (-1.726)	-5.30E-08 (-1.462)
E1	0.1336 (0.699)					

E2		0.195 (1.776)				
E3			0.120 (1.494)			
E4				0.116 (1.615)		
E5					0.143 (2.305)	
E6						0.564 (2.006)
R ²	0,25	0,38	0,34	0,36	0,46	0,43
R ² ajust.	0,13	0,28	0,23	0,25	0,37	0,33
Obs* R ²	4,58	6,84	8,90	6,24	6,46	6,44

Obs: Estatística t entre parênteses.Método utilizado: OLS.

Pela substituição da variação da produtividade total dos fatores pela variação da produtividade do trabalho como variável dependente, medida por VPL observa-se na tabela 12 que o FNE não contribuiu para a taxa de crescimento da produtividade do trabalho assim como nenhuma das variáveis de capital humano.

Tabela 12
Regressão para a Variação da Produtividade do Trabalho - VPL

Variável independente	MODELO					
	1	2	3	4	5	6
FNE	-4.69E-08 (-0.82)	-7.47E-08 (-1.36)	-6.09E-08 (-1.16)	-6.48E-08 (-1.24)	-7.402E-08 (-1.56)	-6.49E-08 (-1.403)
E1	0.052 (0.22)					
E2		0.155 (1.102)				

E3			0.085 (0.827)			
E4				0.087 (0.96)		
E5					0.133 (1.662)	
E6						0.533 (1.52)
R ²	0,25	0,31	0,25	0,30	0,38	0,37
R ² ajust.	0,12	0,20	0,17	0,18	0,29	0,26
Obs* R ²	4,39	7,16	8,77	7,04	6,54	6,54

Obs: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS.

Os resultados referentes a estimação anterior, se mantêm os mesmos quando se toma a variável dependente *VPH* no lugar de *VPL*, ou seja, todos os coeficientes em todos os modelos descritos na tabela (12.1) abaixo apresentam coeficientes insignificantes.¹³

Tabela 12.1
Regressão para a Variação da Produtividade do Trabalho(VPH)

Variável ind.	MODELO					
	1	2	3	4	5	6
FNE	-6.37E-08 (-0.123)	-9.16E-08 (-1.686)	-7.60E-08 (-1.456)	-7.91E-08 (-1.517)	-8.66E-08 (-1.84)	-7.69E-08 (-1.669)
E1	0.099 (0.426)					

¹³ Nesta seção todas as regressões foram submetidas a teste de White. Nenhuma, no entanto, detectou a presença de heterocedasticidade, o que pode ser constatado pela estatística de White, Obs*R².

E2		0.184 (1.324)				
E3			0.104 (1.019)			
E4				0.101 (1.117)		
E5					0.142 (1.782)	
E6						0.567 (1.634)
R ²	0,33	0,40	0,37	0,38	0,45	0,44
R ² ajust.	0,21	0,30	0,26	0,27	0,37	0,35
Obs* R ²	4,95	6,92	8,59	7,65	6,65	7,46

Obs: Estatística t entre parênteses. Método utilizado: OLS.

6. Considerações finais

No período de 1985 a 1995 o país experimentou uma mudança na política de comércio internacional. Tarifas foram reduzidas, barreiras quantitativas e reservas de mercado praticamente abolidas, o que, obviamente, reduziu a proteção ao produtor nacional. No mesmo período, não por coincidência, a produtividade do trabalho e produtividade total dos fatores na indústria de transformação do Nordeste tiveram uma queda gradual até 1990, ano em que a abertura comercial foi mais intensa, e desde então aumentaram significativamente.

A relação entre política de abertura comercial e produtividade pôde ser confirmada pelas regressões apresentadas nas tabelas 5 e 9, onde a tarifa média de importação nominal se destaca por apresentar uma forte correlação negativa com as duas medidas de produtividade adotadas no trabalho (produtividade do trabalho e produtividade total dos fatores). Este resultado encontra amplo respaldo na literatura econômica vigente. Ferreira e Rossi (1999), por exemplo, realizaram estudo com dados de painel em 16 setores da indústria de transformação brasileira no período de 1985 a 1997 e concluíram que 20% de redução na tarifa nominal média aumenta em torno de 1% o crescimento da produtividade do trabalho.

No que diz respeito aos mecanismos criados para incentivar a industrialização no nordeste, FINOR e FNE, não há evidência empírica que suporte a afirmação de que a existência dos Fundos influenciem a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, ou da produtividade total dos fatores na indústria de transformação do Nordeste.

Outra conclusão importante é a equivalência entre o uso das duas medidas de força de trabalho: HT, número de horas trabalhadas empregadas na produção, e N, número de trabalhadores ligados à produção. Esta equivalência pôde ser verificada pela pouca sensibilidade dos coeficientes e suas respectivas significâncias à mudança na variável dependente de VPL para VPH e de VPTFl para VPTFh nas regressões cujo propósito principal consistia em analisar o impacto de políticas públicas sobre a produtividade.

O capital humano, por sua vez, apesar de não estar incluído como fator de produção, pode ser entendido neste trabalho como uma variável de política pública, influenciando a taxa de crescimento do nível de conhecimento $(\dot{A}/A)^{14}$. Os resultados corroboram a expectativa de que capital humano influencia positivamente a produtividade, sendo o coeficiente da variável que mede a porcentagem dos empregados em cada gênero que possui 2^o grau completo (E5) significativa, explicando parte do crescimento da produtividade total dos fatores.

Em suma, este trabalho conclui que:

- programas de incentivos à industrialização (FNE e FINOR) não afetam a variação da produtividade da indústria de transformação nordestina;

¹⁴ Lembrando que \dot{A}/A é equivalente ao crescimento da PTF (\dot{PTF}/PTF)

- a política protecionista através de barreiras tarifárias à importação tem forte efeito negativo sobre a taxa de crescimento das duas medidas de produtividade.
- a acumulação de capital humano explica positivamente a variação da produtividade total dos fatores;
- há uma equivalência na utilização das duas medidas de força de trabalho, horas trabalhadas (HT) e número de trabalhadores ligados à produção (N).

Algumas limitações, no entanto, merecem destaque. O grau de confiabilidade da base de dados e de adequabilidade das variáveis adotadas é desconhecido. Apesar de parte deste problema ter sido contornado satisfatoriamente através de comparação entre *VPH e VPL* e entre *VPTFh e VPTFL*.

Além disto, as conclusões que se referem ao FNE e ao nível de capital humano devem ser interpretadas com cautela, já que a quantidade de dados disponível é pequena, se referindo apenas ao ano de 1995.

Bibliografia

Banco do Nordeste – Meio Eletrônico www.banconordeste.gov.br

Barro, R.,(1998), “Notes on Growth Accounting”, National Bureau of Economic Research working Paper 6654, Julho.

Barro, R., and J.W.Lee (1994) “Sources of Economic Growth.” Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy 40, 1-46.

Barreto, Flávio A. F. D (1990), “Trinta anos de incentivos fiscais para o nordeste: resultados, distorções e propostas de reformulação”. Dissertação de Mestrado -

CAEN- Curso de pós-graduação em economia – Universidade Federal do Ceará.

Denison, Edward F. (1962), “The Sources of Economic Growth in the United States and the Alternatives Before Us”, New York: Committee for Economic Development

Dornbusch, R, and Y.C.Park. (1987) “Korea Growth Policy”. Brookings Papers on Economic Activity 2, 389-444.

Ferreira e Rossi(1999) “Trade Barriers and Productivity Growth: Cross-Industry Evidence”. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia, 43-59.

Hall, Robert E. (1988) “ The Relation Between Price and Marginal Cost in U. S Industry”
Journal of Political Economy, 96, 921-947.

Hall, R. e Jones (1996) , “The Productivity of Nations”, NBER working paper 5549.

Hay, Donald (1997) “ The post 1990 Brazilian Trade Liberalization and the Performance of Large Manufacturing Firms: Productivity, Market Share and Profits”. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão, 523)

Hong, W.T. (1979). “Trade Distortions and Employment Growth in Korea”. Seoul: Korea Development Institute.

Hulten, Charles R. (2000) “Total Factor Productivity: A Short Biography” National Bureau of Economic Research working Paper 7471, January .

Hulten, Charles R. (1973) “Divisia Index Numbers” Econometrica, 41, 1017-1025.

Kendrick, John, “Productivity Trends in the United States”, New York: National Bureau of Economic Research, 1961.

Kume, H. (1996) “A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de proteção

- efetiva” Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão, 423)
- Lee, J. W. (1993) “International Trade, Distortions, and Long - Run Economic Growth.”
IMF Staff Papers 40, 299-321
- Lee, J. W. (1996). “Government Interventions and Productivity Growth” Journal of
Economic Growth,1:391-414.
- Nishimizu, M., and S. Robison (1984). “Trade Policies and Productivity Change in Semi-
Industrialized Countries.” Journal of Development Economics 16, 177-206.
- Salm, C., Sabóia, J., Carvalho P.G.M. (1997). “Produtividade na Indústria Brasileira:
Questões Metodológicas e Novas Evidências Empíricas” Pesquisa e Planejamento
Econômico 27, 377-396, agosto 1997.
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1996): “Fundo de
investimento do Nordeste (FINOR): Liberações de Recursos Realizados no Período
1970/1995 Segundo os Estados, Setores os Estados, Setores e Ramos”. Recife:
SUDENE.
- Solow, Robert M., (1957) “Technical Change and the Aggregate Production Function,”
Review of Economics and Statistics, 39, August 1957, 312-320.
- Young, A (1995). “The Tyranny of Numbers: Confronting the Statistical Realities of the
East Asian Growth Experience.” Quarterly Journal of Economics 110, 641-680
- Young, S.G (1992), “Import Liberalization na Industrial Adjustment in Korea”, in Corbo
Vittorio, e Sang-Mok Suh eds., Structural Adjustment in A Newly Industrialized
Country, The Korean Experience, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press
published for the World Bank.

